

# SALVOU-SE A MOEDA. E O BRASIL?

MAX SCHRAPPE

Embora caminhe para o quarto ano, o Plano Real ainda tem a sua perenização ameaçada pelos desequilíbrios estruturais. Isso ficou patente com as recentes medidas tributário-fiscais do governo. Ou seja, para manter a estabilidade da moeda diante do crash global, adotam-se medidas que endurecem ainda mais a política monetária de sustentação ao real, que substitui, na prática, as reformas não realizadas.

De um lado, o Estado não fez todos os ajustes possíveis no contexto da Constituição; de outro, a reforma da Carta, que ofereceria ao país o arcabouço legal necessário à retomada do crescimento auto-sustentado, caminha a passos lerdos no Legislativo. Na ausência de medidas efetivas para a redução do déficit público e desoneração fiscal das atividades produtivas, mantém-se a âncora cambial, na qual o governo joga todas as fichas, e são aumentados ainda mais os juros. Tais ferramentas artificiais de controle da inflação têm reflexos negativos, visíveis a olho nu nos índices de desemprego, inadimplência, falências e concordatas.

O ajuste fiscal — previsto na concepção original do plano de estabilização econômica —, que sequer havia sido iniciado, vem agora, parcialmente, mas de forma abrupta, na figura de um pacote. Mais grave do que isso é o novo aumento da carga tributária, que deverá onerar em mais R\$ 10 bilhões os setores produtivos e a sociedade como um todo.

Repetem-se equívocos do passado, utilizando-se a solução simplista de aumento de impostos para problemas muito mais sérios e abrangentes. O sistema tributário brasileiro parece, até, ser fruto do hábito compulsivo de criar impostos para cobrir o custeio de um Estado oneroso para a sociedade e desvirtuado de suas vocações precípuas. No entanto, semelhante cultura tributária jamais apresentou resultados positivos. Afinal, persiste o desequilíbrio fiscal e o Estado continua sem dinheiro para cumprir, de forma eficiente, seus compromissos com a saúde (apesar da CPMF), a educação, a seguridade social, o desenvolvimento da infraestrutura e a segurança pública.

Torna-se urgente, portanto, a adoção de medidas efetivas. Cabe ao Executivo realizar, mesmo, os ajustes não-condicionados às reformas constitucionais, como a agilização das privatizações, o controle de gastos da administração direta e indireta e o ordenamento das atribuições e recursos pertinentes a cada uma das esferas do governo — municipal, estadual e federal. A última providência é imprescindível para evitar o desperdício de recursos representado pela superposição de programas e dispersão de esforços. A desorganização das atribuições de cada esfera de governo ainda custa muito dinheiro à sociedade. O pacote, é importante frisar,



Fred Lobo

atende apenas parcialmente a todos esses requisitos. Ao Legislativo, nunca é demais repetir, cabe cumprir o compromisso inalienável com a nação de concluir a reforma constitucional.

Entre as reformas em curso, conforme evidencia o próprio pacote, as mais prementes são a tributária, a do Estado e a da Previdência. No que diz respeito especificamente ao sistema tributário, é importante ressaltar algumas de suas características que não têm paralelo em países que competem com o Brasil,

no âmbito do mercado global: impostos em cascatas; carga tributária indireta demasiadamente onerosa; complexidade dos processos arrecadatórios; e taxaço das importações e investimentos. Trata-se de um sistema que estimula a sonegação e a informalidade econômica. O que gera um outro grave problema: o ônus fiscal recai sobre um universo reduzido de agentes econômicos. Há poucos pagando muito. Portanto, além de urgente, a reforma tributária deve contemplar a correção de tais distorções.

O custo imposto (e aqui a ambigüidade é propositada) tem ceifado empregos, reduzido salários, inviabilizado investimentos e comprometido a competitividade do parque empresarial brasileiro. Tudo isso foi agravado pelas duras medidas fiscais do governo. Salvou-se o real com o aumento do Custo Brasil. Agora é preciso salvar o Brasil, viabilizando-se o crescimento sustentado da economia.

■ Max Schrappe é presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) e primeiro vice-presidente da Fiesp-Ciesp